



ilustríssimo Sr. Presidente da Comissão de Credenciamento do FUNEAS:

MEDCEZARO COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 52.298.095/0001-75, com sede na Rua Luiz Hellmann, 591, bairro Novo Horizonte, CEP 85.602-820, cidade de Francisco Beltrão, PR, aqui representada pela Sra. Cristiane de Cezaro, CPF nº 106.614.249-10, Brasileira, solteira, Sócia/ Proprietária, residente e domiciliada na Rua Luiz Hellmann, 591, bairro Novo Horizonte, cidade de Francisco Beltrão, PR, vem respeitosamente solicitar reanálise quanto ao credenciamento de empresa, conforme edital de Credenciamento/Chamamento Público 02/2024, Ata 15/01/2025, para HOSPITAL ZONA NORTE DE LONDRINA HZN.

1-BREVE RESUMO;

Trata-se do edital de Credenciamento/Chamamento Público 02/2024, Ata 15/01/2025, no que se refere ao item:

10.1.2.3 As empresas devem possuir o total do patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação ou item.

A empresa não fora habilitada, por sugestão de não possuir o patrimônio líquido correspondente de no mínimo 10% sobre os lotes.

2-DAS RAZÕES;

Segue em anexo resposta de pedido de esclarecimento emitida pelo FUNEAS/PR à empresa Enfermeiro Laurindo Jr. Ltda, o qual está disponível no site <https://www.funeas.pr.gov.br/Pagina/CRENCIAMENTO-AREA-ASSISTENCIAL-HOSPITAL-REGIONAL-DO-LITORAL>, Edital 2020.

Toma-se como embasamento, tendo em vista o contido no item 8 do esclarecimento:

8. DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA EMPRESA

Considerando que o requerente já participou de sessões de análise documental de outras unidades sob gestão da FUNEAS para os lotes de enfermeiro e técnico de enfermagem.

Considerando que o patrimônio líquido da referida empresa é de R\$ 22.139,40.

Considerando que o edital é claro ao exigir o percentual devem possuir um patrimônio líquido de no mínimo 10% do valor estimado da contratação, ou seja, não é possível estimar quantas vagas a empresa será contemplada na distribuição de demandas e nem se haverá outra empresa habilitada para participar da referida distribuição, sendo assim, o cálculo do percentual se dá em cima do valor mensal total da contratação.

Ou seja, no edital em questão, o valor mensal estimado é de R\$ 788.269,10, sendo assim, a empresa deverá ter R\$ 78.826,91 de capital social, entendendo-se que a mesma seria contemplada com todas as vagas oriundas do lote.

Verifica-se, portando, que não há qualquer ilegalidade que justifique a impugnação do edital. Sua redação está em perfeita conformidade com a lei, não havendo motivos para sua alteração, ao contrário do que propõe a recorrente. **RECORTE NOSSO/GRIFO NOSSO**

OBS: ABAIXO ESCLARECIMENTO COMPLETO DA COMISSÃO DO FUNEAS/R

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Protocolo nº: 21.698.752-7

Ref.: Edital de Credenciamento nº 03/2020

Recorrente: ENFERMEIRO LAURINDO JR. LTDA – CNPJ 45.932.821/0001-02

1. DAS PRELIMINARES

Trata-se de resposta ao pedido de esclarecimento apresentado pela pessoa jurídica Enfermeiro Laurindo Jr. Ltda, em razão da 3ª Republicação do Edital de Credenciamento nº 03/2020 do Hospital Regional do Litoral.

2. DAS RAZÕES DO RECURSO

A recorrente alega que o edital de credenciamento nº 03/2020 não possui clareza, pois não caracteriza sobre qual valor refere-se a exigência do patrimônio líquido da empresa correspondente a 10% do item, se é sobre o valor do profissional, valor mensal estimado pela demanda calculada e aplicada, valor mensal estimado ou valor anual estimado.

Alega ainda que a Fundação deve se manifestar através de uma nova publicação ou retificação do edital, de forma objetiva quanto ao critério do cálculo da relação entre o valor do item do edital e o patrimônio líquido da empresa, apresentando qual memória de cálculo é utilizada para análise.

3. DO PEDIDO DA RECORRENTE

Requer a Recorrente:

- a) Que todos os editais da Fundação sejam retificados, para trazer maior clareza ao certame, por meio de errata.
- b) A abertura de nova sessão de análise documental em todos os editais que forem retificados, para que todas as empresas prejudicadas por este duplo entendimento possam ter o direito de nova análise.

4. DA TEMPESTIVIDADE RECURSAL

Considerando que o recurso administrativo é um mecanismo para contestar decisões administrativas, e isso acontece quando há descontentamento e/ou discordância de uma decisão proferida por alguma entidade/órgão da Administração Pública e tem por objetivo pleitear uma revisão do ato decisório.

Inicialmente, cabe analisar o requisito de tempestividade da referida solicitação, ou seja, apreciar se o mesmo foi interposto dentro do prazo estabelecido para tal. Dessa forma, o item 7.1.1 do Edital dispõe:

"7.1.1 O interessado terá o prazo de até 2 dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes para protocolar o pedido da forma prevista neste item"

A recorrente encaminhou em tempo hábil a solicitação, atendendo ao prazo, tendo em vista que a sessão para abertura dos envelopes está agendada para o dia 15/02/2024.

5. DO CREDENCIAMENTO

Na esfera da Administração Pública, a regra geral para aquisição de bens e serviços é a realização de processo de licitação, conforme insculpido no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna. O objetivo primordial da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Quanto à utilização da nova Lei de Licitações e Contratos, vigente desde 1ª de abril de 2021, destaca-se que a referida estabelece em seu Capítulo III as disposições transitórias e finais para sua aplicação.

O sistema do credenciamento, portanto, nada mais é que uma hipótese de inexigibilidade licitatória, uma vez que, sob um certo prisma, se pode identificar a inviabilidade de competição, que obsta a realização de licitação comum, especialmente na forma do pregão eletrônico ou presencial.

Quanto ao que se entenderia por inviabilidade de competição, nota-se que não há um rol taxativo quanto às hipóteses aplicáveis. Isso porque a expressão inviabilidade de competição é bastante ampla, o que faz concluir pela existência de diversas interpretações possíveis.

Nesse sentido, tenha-se a lição do celebrado mestre Marçal Justen Filho:

É difícil sistematizar todos os eventos que podem conduzir à inviabilidade de competição. A dificuldade é causada pela complexidade do mundo real, cuja riqueza é impossível de ser delimitada através de regras legais. Sobre esse tema, voltar-se-á a diante. As causas de inviabilidade de competição podem ser reunidas em dois grandes grupos, tendo por critério a sua natureza. Há uma primeira espécie que envolve inviabilidade de competição derivada de circunstâncias atinentes ao sujeito a ser contratado. A segunda espécie abrange os casos de inviabilidade de competição relacionada com a natureza do objeto a ser contratado.

(...)

Como visto a inviabilidade de competição é consequência derivada de características existentes na realidade extra normativa, que tornam a licitação inútil ou contraproducente. É necessário destacar, no entanto, a inter-relação entre essa realidade extra normativa e o interesse estatal a ser atendido.

(...)

A redação do art. 25 determina, de modo inquestionável, que as hipóteses referidas nos incisos são meramente exemplificativas. Portanto, pode haver inviabilidade de competição que não se enquadre em nenhuma das situações referidas nos três incisos do art. 25. Um exemplo seria a contratação de um determinado fornecedor de serviços ou produtos dotados de elevada complexidade e grande sofisticação, relativamente a atividades dotadas de grande potencial nocivo em caso de falha.

Configurando-se inviabilidade de competição numa situação que não se enquadra nos três incisos do art. 25, a contratação será alicerçada diretamente no caput do dispositivo.

(...)

Em primeiro lugar, os incisos do art. 25 desempenham função exemplificativa. Tratando-se de instituto complexo como se passa com a inexigibilidade, o conceito de inviabilidade de competição pode ser muito mais facilmente reconhecido mediante a análise dos exemplos contidos no elenco legal. Se não existissem os três incisos do art. 25, muitos seriam tentados a restringir a inexigibilidade apenas aos casos de ausência de pluralidade de alternativas de contratação. Mas a existência do dispositivo do inc. III evidencia que o conceito de inviabilidade de competição tem de ser interpretado amplamente, inclusive para abranger os casos de impossibilidade de julgamento objetivo. Em outras palavras, a análise dos incisos do art. 25 permite identificar o conceito de inviabilidade de competição consagrado no caput do dispositivo.

A inviabilidade de competição pode ser interpretada sob o ponto de vista da contratação de todos os interessados ou, ao menos, de um considerável número deles, observadas alguns parâmetros mínimos.

Saliente-se que, em diversas outras oportunidades o Tribunal de Contas da União adotou o mesmo posicionamento, que, inclusive, foi replicado pelos Tribunais de Contas Estaduais, podendo-se afirmar, com certeza, que está pacificado o entendimento no sentido da legalidade do sistema de credenciamento.

61. Adicionalmente ao que foi apresentado pelo Denasus em sua resposta, foi apresentada a Nota Técnica 002/2017, pelo DRAC (peça 16, p. 8-19), com informações adicionais acerca da elaboração da Portaria GM/MS 2567/2016, que dispõe sobre a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde e o credenciamento de prestadores de serviços de saúde do SUS, bem como o Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde.

62. O DRAC ressaltou que o objetivo de tal medida seria regulamentar o credenciamento de prestadores de serviços de saúde do SUS, atualizar os normativos sobre a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de

saúde, disponibilizando aos gestores conteúdo relativo às contratações de serviços de saúde, bem como atender ao Acórdão 1215/2013-TCU-Plenário, que determinou, ao Ministério da Saúde, publicar a regulamentação disciplinando o credenciamento de prestadores de serviços de saúde privados para complementar a rede de serviços do SUS. Número do Acórdão nº. 1323/2017 – Plenário, Relator Vital Rego, Processo 030.043/2016-6, Tipo do Processo Monitoramento, data da Sessão 28/06/2017.

E mais:

Observamos, por oportuno, que a terceirização de profissionais médicos envolve vínculos das mais diversas naturezas, tais como a prestação de serviços pelos próprios sócios ou associados, pagamento de plantões médicos sem nenhum vínculo formal, entre outros. Em precedente que abordou esta matéria, o TCU cientificou o município de que “deve ser levado em consideração, para balizar seu orçamento base e seu parâmetro de aceitação de preços ofertados, o regime legal da empresa que apresenta a proposta, de modo a equalizar custos e margem de lucro considerada justa pela municipalidade” (Acórdão n.1844/2013-P). Os valores praticados nos contratos são definidos a partir de pesquisa de preços em processos de dispensa de licitação, sendo apresentadas propostas a livre critério dos potenciais fornecedores dos serviços, por hora de trabalho médico, plantão ou posto de trabalho, conforme o caso. Em alguns casos, a verificação com relação à compatibilidade das propostas com os preços de mercado é efetuada em relação a contratos anteriores da própria Secretaria, ou média de preços obtida em consulta prévia junto a empresas do ramo, ou mesmo sem pesquisa ou comparativo com contratos anteriores. Observamos, por oportuno, que a Procuradoria Jurídica do município, no âmbito do Processo n.001.017239.13.3, emitiu alerta à SMS/POA acerca do aspecto econômico da terceirização, porquanto o custo unitário dos profissionais contratados emergencialmente era superior aos valores pagos ao pessoal efetivo.

Quanto a esse aspecto, é possível que, em determinadas circunstâncias, os valores da terceirização sejam superiores, haja vista a reconhecida limitação orçamentária imposta aos municípios no que diz respeito à remuneração de pessoal, conforme já registrado no item 16 deste relatório. Tal fato, no entanto, não exime a administração de elaborar uma planilha com a composição dos custos estimados para terceirização, e promover a avaliação quanto à compatibilidade com os preços de mercado. Número do Acórdão 1122/2017, Relator BENJAMIN ZYMLER, Processo 020.514/2014-0, Tipo de processo RELATÓRIO DE AUDITORIA (RA), Data da sessão 31/05/2017.

Em suma, o sistema de credenciamento é um conjunto de procedimentos por meio dos quais a Administração credencia, mediante edital, todos os prestadores aptos e interessados em realizar determinado objeto.

Com a utilização deste instrumento, o Interesse Público é mais bem atendido, e mantém-se a isonomia, com a contratação do maior número possível de prestadores simultâneos.

6. DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Para demonstrar a pertinência da aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, mister se faz recorrer às lições do nobre doutrinador Rafael Carvalho, vejamos:

O instrumento convocatório (edital ou carta convite) é a lei interna da licitação que deve ser respeitada pelo Poder Público e pelos licitantes (art. 41 da Lei 8.666/1993). Trata-se da aplicação específica do princípio da legalidade, razão pela qual a **não observância das regras fixadas no instrumento convocatório acarretará a ilegalidade do certame [...]**

Noutra vertente, corroborando o entendimento apresentado, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça destaca:

Em resumo: o Poder Discricionário da Administração esgotasse com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria lei, a Administração Pública vincula-se 'estritamente' a ele. (REsp 421.946/DF, 1.^a T., rel. Min. Francisco Falcão, j. 07.02.2006, DJ 06.03.2006).

O ensinamento do nobre doutrinador Hely Lopes Meirelles⁴ também não discrepa dessa interpretação:

A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. **Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado.** O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles destaca:

Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'pode fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'.

Ressalta-se que, à luz do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, do princípio da isonomia, do princípio da publicidade e demais dispositivos do Decreto n.º 4507/2009, as regras constantes no edital vinculam todos os participantes, bem como, a própria Administração que não pode descumprir ou desconsiderar as exigências.

7. DOS REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO

7.1 Habilitação Econômica – Financeira

O item 10.1.2 do Edital de Credenciamento estabelece os documentos mínimos para se estabelecer a Qualificação Econômico-Financeira da credenciada. A cláusula 10.1.2.1 solicita a certidão negativa de ações de falência, concordata e recuperação judicial; a cláusula 10.1.2.2 solicita as demonstrações financeiras e apresentação de índices; a cláusula 10.1.2.3 determina que as empresas devem possuir um patrimônio líquido de no mínimo 10% do valor estimado da contratação.

Segundo entendimento sumulado do Tribunal de Contas da União, a exigência dos índices é lícita por parte da administração pública, desde que não se inclua fórmula de rentabilidade ou lucratividade. Vejamos:

SÚMULA Nº 289 -TCU -A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

O requisito de 10% sobre o valor estimado da contratação possui previsão legal, assim como dos índices supracitados, na Lei Federal nº 14.133/2021, especificamente no artigo abaixo:

Art. 69. A habilitação econômica-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

[...]

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

A habilitação financeira tem o condão precípua de avaliar se o pretendo contratado tem condições mínimas, sob o enfoque financeiro, de garantir a execução do contrato, vale dizer, se ele poderá suportar todos os custos que virão da execução do contrato.

O patrimônio líquido é o valor contábil que representa a diferença entre ativo e passivo no balanço patrimonial de uma empresa. Em síntese, o patrimônio líquido nada mais é do que o valor contábil que sócios e/ou acionistas têm na empresa em um determinado momento, é o valor disponível para fazer a sociedade girar. Ele é um indicador da saúde financeira real e atual da empresa.

Já o capital social, do ponto de vista contábil, é parte do patrimônio líquido. Ele representa valores recebidos pela empresa dos sócios, ou por ela gerados e que foram formalmente incorporados ao Capital.

O patrimônio líquido é variável de acordo com o exercício da atividade da empresa. Já o capital social só poderá ser alterado mediante deliberação dos sócios, isto é, independe do exercício da atividade da empresa.

Portanto, percebe-se que do ponto de vista contábil o capital social e patrimônio líquido possuem finalidades distintas, porém, verifica-se, desde logo que, numa contratação pública, ambos têm a mesma função, qual seja, a de indiciar a qualidade das finanças e o patrimônio da empresa que será contratada.

Nota-se, portanto, que a exigência, assim como os índices, está dentro da legalidade, sendo possível exigir a demonstração do valor, com vistas a comprovar a capacidade financeira.

8. DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA EMPRESA

Considerando que o requerente já participou de sessões de análise documental de outras unidades sob gestão da FUNFEAS para os lotes de enfermeiro e técnico de enfermagem.

Considerando que o patrimônio líquido da referida empresa é de R\$ 22.139,40.

Considerando que o edital é claro ao exigir o percentual devem possuir um patrimônio líquido de no mínimo 10% do valor estimado da contratação, ou seja, não é possível estimar quantas vagas a empresa será contemplada na distribuição de demandas e nem se haverá outra empresa habilitada para participar da referida distribuição, sendo assim, o cálculo do percentual se dá em cima do valor mensal total da contratação.

Ou seja, no edital em questão, o valor mensal estimado é de R\$ 788.269,10, sendo assim, a empresa deverá ter R\$ 78.826,91 de capital social, entendendo-se que a mesma seria contemplada com todas as vagas oriundas do lote.

Verifica-se, portando, que não há qualquer ilegalidade que justifique a impugnação do edital. Sua redação está em perfeita conformidade com a lei, não havendo motivos para sua alteração, ao contrário do que propõe a recorrente.

9. DECISÃO

Em face do exposto, repisando-se que a redação do edital encontra-se em conformidade com a legislação vigente, não havendo motivos para sua alteração, a Comissão de Credenciamento **CONHECE** do recurso apresentado pela empresa ENFERMEIRO LAURINDO JR LTDA, para, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO**, nos termos da explanação acima apresentada.

Encaminhamos o presente documento para ratificação do Diretor Presidente da FUNFEAS.

Curitiba, 07 de fevereiro de 2024.



Ednei Mansano
Presidente da Comissão de
Credenciamento



Roberta Rocha Denardi
Membro da Comissão

DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA – FUNFEAS

Protocolo nº 21.698.752-7

DESPACHO nº 0190/2024

- I. Trata-se de recurso administrativo apresentado pela pessoa **ENFERMEIRO LAURINDO JR. LTDA**, em razão da 3ª Republicação do Edital de Credenciamento nº 03/2020, que visa atender o Hospital Regional do Litoral.
- II. Ciente do recurso apresentado.
- III. **ACOLHO** como relatório o conteúdo das manifestações da Comissão de Credenciamento às fls. 11/20 – mov. 03.
- IV. **ACOMPANHO** o entendimento exposto pela referida Comissão, adotando como fundamento para a presente decisão.
- V. **CONHEÇO** do recurso interposto pela empresa **ENFERMEIRO LAURINDO JR. LTDA**, e **RATIFICO** a decisão da Comissão de Credenciamento.

Diretoria da Presidência, 08 de dezembro de 2023.

Assinado eletronicamente/digitalmente

MARCELLO AUGUSTO MACHADO
Diretor Presidente FUNFEAS

Rua do Rosário, 144 – 10º andar - 80.020-110 - Curitiba - PR
Tel.: 41 3798-5373 | www.funeas.pr.gov.br



ePROTOCOLO



Documento: **Despacho0190Protocolo21.698.7527DecisaoCredenciamentoRecursoENFERMEIROLAURINDOHL.pdf.**

Assinatura Qualificada realizada por: **Marcello Augusto Machado** em 08/02/2024 17:38.

Inserido ao protocolo **21.698.752-7** por: **Jucilene Santos de Oliveira** em: 07/02/2024 16:01.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
49ace8bae53b6776522bda1c160e7dfe.

3-DA JUSTIFICATIVA;

1- Haja visto o contido no esclarecimento da Comissão do FUNEAS/PR, onde fora taxativo em informar que o cálculo do percentual se dá em cima do valor mensal da contratação;

2- Conforme esculpido no Art. 37, inciso XXI, da Carta Magna. O objetivo primordial da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.

3- Quando sugere igualdade, tem que dar condições para o maior número possível de empresas poderem participar, o que foi contrariado quando se aplicou no referido credenciamento o percentual em cima do valor anual da contratação, tornando-se impróprio, uma vez que fica claro que a empresa não vai ser sorteada com o lote inteiro, pois há mais empresas participando, bem como as vagas não estão atualizadas, pois trata-se de cadastro reserva onde já há empresas contempladas, possivelmente surgirá poucas vagas.

4- Sugere-se que em outros editais seja atualizado as vagas disponíveis, não contrariando assim princípio da legalidade, conforme a Carta Magna. Do jeito que ocorreu a análise para os lotes de 3, 8 e 9, a empresa precisa ter um patrimônio líquido de R\$ 1.312.778,39, o que extrapola a necessidade. Com este valor poucas empresas poderão participar, o que fere o princípio da igualdade. Com certeza se a empresa fosse levar todos os lotes seria justo, mas sabe-se que nos últimos anos as vagas foram divididas a várias empresas, e ainda como citado no item anterior, as vagas do Edital não condiz com a realidade, já estão distribuídas nas empresas, pois trata-se de cadastro reserva. Torna justo ser sobre o valor mensal da contratação ou item. Sugere-se ainda que o lote seja dividido em mais itens, por exemplo se tiver 50 vagas de enfermeiro, sendo 25 diurnas e 25 noturnas, faz-se dois itens no lote, tipo item 1- 13 vaga diurnas e 12 noturnas, item 2- 12 vaga diurnas e 13 noturnas. O mais correto ainda é cada Regional ter um controle interno. Empresa tal tem patrimônio líquido de R\$ 200.000,00, conseguirá ter somente as vagas que o patrimônio suportar. Exemplo vaga de Técnico de Enfermagem diurno, valor por vaga R\$ 7.684,73, com a PL de R\$ 200.000,00 iria poder ser sorteado com R\$ 200,000,00 dividido R\$ 7.684,73 onde daria 26 vagas de direito. Isso sim seria justo e estaria sendo honrando o que está na Carta Magna.

5- Na lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 em seu Art. 47

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Vide Lei nº 14.133, de 2021.](#)

4- DAS ESTIMATIVAS;

Lote 03	DESCRIÇÃO	CARGA HORARIA SEMANAL	INSALUBRIDADE	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	VALOR POR PROFISSIONAL	VALOR MÁXIMO MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR MÁXIMO ANUAL ESTIMADO (R\$)
Item 01	ENFERMEIRO ASSISTENCIAL	Diurno 36h SEMANAIS, todos os dias do mês	20%	20	R\$10.721,51	R\$214.430,20	R\$2.573.162,40
		Noturno 36h SEMANAIS, todos os dias do mês	20%	6	R\$11.980,29	R\$71.881,74	R\$862.580,88
Valor Global do Lote						R\$286.311,94	R\$3.435.743,28

Lote 08	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	INSALUBRIDADE	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	VALOR POR PROFISSIONAL	VALOR MÁXIMO MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR MÁXIMO ANUAL ESTIMADO (R\$)
Item 01	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Diurno 36h SEMANAIS, todos os dias do mês	20%	65	R\$7.684,73	R\$499.507,45	R\$5.994.089,40
		Noturno 36h SEMANAIS, todos os dias do mês	20%	33	R\$8.569,12	R\$282.780,96	R\$3.393.371,52
Valor Global do Lote						R\$782.288,41	R\$9.387.460,92

Lote 09	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	INSALUBRIDADE	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	VALOR POR PROFISSIONAL	VALOR MÁXIMO MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR MÁXIMO ANUAL ESTIMADO (R\$)
Item 01	TÉCNICO DE RADIOLOGIA	Diurno 24h SEMANAIS, todos os dias do mês	40%	1	R\$ 7.709,88	R\$7.709,88	R\$92.518,56
		Noturno 24h SEMANAIS, todos os dias do mês	40%	2	R\$8.835,88	R\$17.671,76	R\$212.061,12
Valor Global do Lote						R\$25.381,64	R\$304.579,68

VALOR MENSAL DOS LOTES 3, 8 e 9 QUE A EMPRESA SOLICITOU CREDENCIAMENTO

LOTE 3- R\$ 286.311,94
 LOTE 8- R\$ 782.288,41
 LOTE 9- R\$ 25.381,64
TOTAL 1.093.981,99

LOGO 1.093.981,99 X 10%= **R\$109.398,19** - VALOR NECESSÁRIO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A EMPRESA APRESENTOU BALANÇO COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE **R\$ 190.514,77**

LOGO:

BALANÇO PATRIMONIAL R\$ 190.514,77
VALOR NECESSÁRIO R\$ 109.398,19
SALDO QUE SOBROU R\$ 81.116,58

Conclui-se que sobrou um saldo de R\$ 81.116,58.

ABAIXO EM ANEXO, PÁGINA 5, ONDE CONSTA A PL DA EMPRESA, PARTE DO BALANÇO APRESENTADO.

0408 - MEDCEZARO COMERCIO & SERVICOS LTDA
 CNPJ:52.298.095/0001-75 NIRE:41211975722 - 25/09/2023
 Rua R LUIZ HELLMANN, 591 LOTE 01-A QUADRA1308 Bairro: NOVO HORIZONTE
 FRANCISCO BELTRAO - PR CEP: 85602-820

FL 5
 PG. 2

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	6.852,61
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.975,84
OBRIGACOES COM PESSOAL	5.975,84
OBRIG.SOCIAIS A RECOLHER	5.975,84
Pro-Labore a Pagar	5.975,84
OUTRAS OBRIGACOES	876,97
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	876,97
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR	876,97
Gt tipos Federal a Recolher	148,93
INSS a Recolher	728,04
TOTAL DO PASSIVO	6.852,61
PATRIMONIO LIQUIDO	190.514,77
CAPITAL SOCIAL	190.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	190.000,00
Capital Subscrito	190.000,00
RESULTADOS ACUMULADOS	7.485,23-
RESULTADO DO EXERCICIO	7.485,23-
ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	7.485,23-
Lucro ou Prejuizo do Exercico	7.485,23-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	197.367,58

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, TOTALIZANDO TANTO NO ATIVO COMO NA SOMA DO PASSIVO COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO, A IMPORTÂNCIA SUPRA DE R\$ 197.367,58 (CENTO E NOVENTA E SETE MIL E TREZENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).


"DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS, REFLETEM A DOCUMENTAÇÃO QUE ME FOI ENTREGUE, SÃO VERDADEIRAS E ME RESPONSABILIZO POR TODAS ELAS."

5- DO PEDIDO.

Diante das razões, justificativas e estimativas apresentadas, usando o princípio de legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade, pede-se deferimento no pleito. Principalmente porque a Comissão já consagrou que o cálculo é feito em cima do valor mensal dos lotes. O que é justíssimo.

Nestes Termos aguardo deferimento, reiterando votos de estima consideração.

Respeitosamente;

Documento assinado digitalmente
 **CRISTIANE DE CEZARO**
 Data: 25/01/2025 13:32:55-0300
 Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Cristiane de Cezaro
Sócia/proprietária

MEDCEZARO
 COMERCIO E
 SERVICOS
 LTDA:5229809500017
 5

Assinado de forma digital
 por MEDCEZARO
 COMERCIO E SERVICOS
 LTDA:52298095000175
 Dados: 2025.01.25
 13:34:00 -03'00'

Empresa

recebido na FUNEAS
 Data 28/01/25

